

CNJ diz que houve grande vazamento de dados

WELLTON MÁXIMO-AGÊNCIA BRASIL

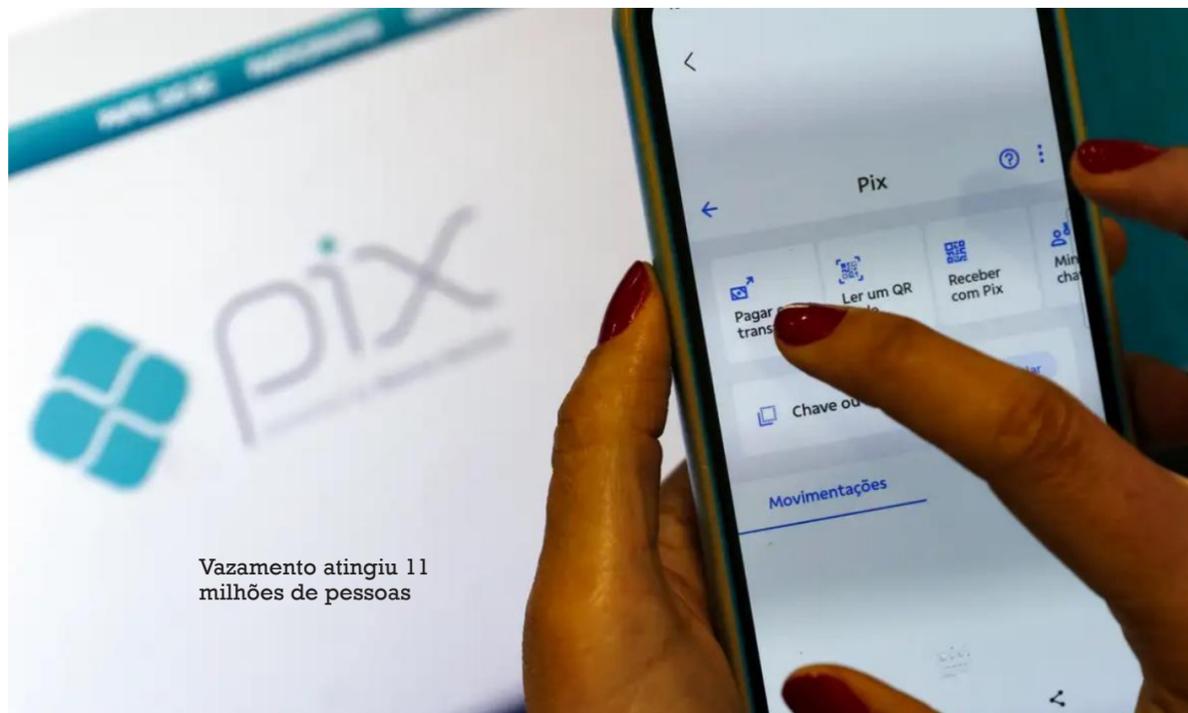
Mais de 11 milhões de pessoas tiveram dados cadastrais de chaves Pix vazados, comunicou na noite desta quarta-feira (23) o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O incidente ocorreu no Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud), que conecta juizes e o Banco Central (BC). Tanto o CNJ como o BC informaram que foram acessados de forma indevida dados de 11.003.398 de pessoas. As informações cadastrais expostas foram as seguintes:

- * nome da pessoa;
- * chave Pix;
- * nome do banco;
- * número da agência;
- * número da conta.

Segundo o CNJ, o problema ocorreu no domingo (20) e na segunda-feira (21) e foi prontamente corrigido.

O CNJ e o BC reiteraram que não foram expostos dados sensíveis, como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário.

De acordo com os dois órgãos, as informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem



Vazamento atingiu 11 milhões de pessoas

movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras.

O Sisbajud é uma ferramenta eletrônica que permite aos juizes pedir informações financeiras e bloquear ativos de devedores. O sistema substituiu o antigo BacenJud e facilita a comunicação entre o Judiciário e o sistema financeiro para o

cumprimento de ordens judiciais.

CANAL DE CONSULTA

O CNJ informou que oferecerá, em breve, uma ferramenta exclusiva para o cidadão consultar se foi afetado pela exposição de dados. A divulgação desse canal ocorrerá no site do CNJ: www.cnj.jus.br

Esse será o único meio

de comunicação às pessoas afetadas. O CNJ ressaltou que não contactará as vítimas por mensagens, SMS, e-mail ou chamadas telefônicas.

TRANSPARÊNCIA

O BC informou ter adotado as ações necessárias para a apuração detalhada do caso. O órgão ressaltou que o incidente tem baixo impacto potencial para os usuários

e que a comunicação não é exigida pela legislação. A autarquia, no entanto, decidiu divulgar a ocorrência por causa do princípio de transparência.

Em breve, o BC também detalhará a ocorrência na página específica em seu site destinada a comunicar todas as exposições e vazamentos de dados desde a criação do Pix.

Acesso a banco online cresce 22 milhões em 2 anos

-AGÊNCIA BRASIL

Mais de 119,6 milhões de pessoas usaram a internet para acessar bancos ou outras instituições financeiras em 2024. Esse número supera em 22,5 milhões o total de brasileiros que utilizaram internet banking em 2022.

O dado de 2024 representa também 71,2% dos 168 milhões de brasileiros que tinham acesso à internet. Em 2022, o percentual era 60,1%; em 2023, 66,7%.

Os dados fazem parte de um suplemento sobre tecnologia da informação e comunicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada nesta quinta-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista do IBGE Gustavo Geaquinto Fontes destacou o crescimento identificado pela pesquisa. "Foi um aumento muito rápido, 11,1 pontos percentuais em um período de dois anos", constata.

Governo insiste nas taxas e despreza cortes

MÁRCIO JULIBONI E JULIANA ELIAS VEJA

Após uma sucessão de embates entre os poderes da República — foram dois decretos presidenciais (o 12 466, editado em maio, e o 12 499, publicado em junho, substituindo o anterior), um decreto legislativo que os derubou, três ações judiciais, uma liminar suspendendo os efeitos das medidas e uma frustrada audiência de conciliação entre Executivo e Legislativo —, a novela do aumento do imposto sobre operações financeiras (IOF) ganhou um novo capítulo na quarta-feira 16. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu parte da proposta assinada pelo presidente Lula no mês passado. Na sua decisão, Moraes rejeitou a tese apresentada pelos líderes do Congresso em uma das ações protocoladas no STF, segundo a qual o governo teria desvirtuado a função regulatória do IOF ao usar o tributo exclusivamente para elevar a arrecadação e cobrir o rombo fiscal. "Não restou comprovado qualquer desvio de finalidade na alteração das

alíquotas pelo ato do presidente da República, pois o decreto 12 499/2025 respeitou os limites legais", afirmou o ministro em uma sentença de vinte páginas. Ele ressaltou, no entanto, que o veredito ainda precisa ser confirmado pelo plenário da Corte, em data a ser definida.

Até que isso ocorra ou até que outra reviravolta embaralhe de novo a situação, volta a vigorar a alíquota de 3,5% do IOF em uma série de transações, como as compras internacionais com cartão de crédito — hoje taxadas em 3,38% —, as compras de moeda estrangeira em espécie, cujo imposto era de 1,1%, e os empréstimos de curto prazo, antes isentos de IOF. Já os planos de previdência privada do tipo VGBL pagarão 5% sobre aportes que excederem 600 000 reais a partir de 2026. O único ponto rejeitado por Moraes foi a cobrança de IOF sobre operações chamadas de "risco sacado", uma modalidade que consiste na antecipação de recebíveis muito usada por varejistas. Para ele, a medida não tem amparo legal, pois compete ao Legislativo criar impostos.

Como era de esperar, em vez de serenar os ânimos em Brasília, a decisão reavivou a polêmica. De um lado, o Ministério da Fazenda, liderado por Fernando Haddad, declarou em nota que Moraes "formou sobriamente seu juízo" para reafirmar "adequadamente as prerrogativas constitucionais" e, com isso, contribuiu para a "harmonização entre os poderes". Responsável por uma das ações julgadas por Moraes, o principal partido de oposição, o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, partiu para o ataque. Altineu Côrtes (PL-RJ), vice-presidente da Câmara dos Deputados, tachou o caso como "uma desmoralização" do Congresso, enquanto o líder da legenda na Casa, Sóstenes Cavalcante (PL--RJ), defendeu a ideia de que os parlamentares não votem mais nada em prol do Judiciário até que os magistrados deixem de tratá-los como "capachos".

Arroubs retóricos à parte, o fato é que o imbróglio do IOF só ganhou tal dimensão porque a maioria do Congresso percebeu que se esgotou a paciência dos brasileiros com os pesados tributos que drenam boa parte da riqueza produzida no trabalho do dia a dia. No ano passado, os contribuintes pagaram 4 trilhões de reais em impostos, o equivalente a uma carga tributária igual a 34,2% do produto interno bruto (PIB) — é a maior da história, segundo levantamento realizado pelo Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas. O recorde, no entanto, ainda pode ser quebrado até o fim do governo Lula, diante de sua inegável sanha arrecadatória. O aumento do IOF, por exemplo, renderá cerca de 11,5 bilhões de reais ainda neste ano, já descontada a perda de 450 milhões causada pela exclusão da cobrança sobre operações de risco sacado. Em 2026, tal restrição reduzirá em 3,5 bilhões o potencial de arrecadação. Ainda assim, o Tesouro poderá amearhar perto de 28 bilhões de reais com as novas alíquotas. O fardo tributário, mais pesado agora com o novo IOF, torna-se a cada dia um problema maior ao desenvolvimento do país. "A carga tributária virou um obstáculo", afirma Everardo Maciel, ex-secretário da Receita.

STF reflete País polarizado e tem racha na avaliação popular; veja pesquisa

AGÊNCIA ESTADO

Com o País cada vez mais polarizado, há um racha na avaliação popular sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). O percentual de cidadãos que desaprovam a atuação da Corte é maior, mas ainda não tão distante da aprovação. Pesquisa Ipespe obtida com exclusividade pela Coluna do Estadão aponta os seguintes índices: 49% X 41%. Os que não responderam ou não souberam somaram 8%. A

margem de erro é de dois pontos porcentuais para mais ou para menos.

Não há nesse levantamento comparação de períodos anteriores, para avaliar a dinâmica da curva e o ritmo de deterioração da imagem, entretanto. Já a situação do Congresso é de 'terra arrasada'. A Câmara é desaprovada por 63% e aprovada por 24%. No Senado, o contraste é 61% a 25%.

Em relação ao governo Lula, a desaprovção ainda supera a aprovação, mas a

diferença caiu de 14 para 8 pontos. Em maio, 54% tinham visão negativa da gestão petista. Agora são 51%. A avaliação positiva subiu de 40% para 43%.

A pesquisa, que ouviu 2.500 pessoas, foi realizada entre os dias 19 e 22 de julho, ou seja, após o anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre o tarifaço ao Brasil, o que tem gerado dividendos políticos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Brasil tem pouco a perder retaliando Estados Unidos

DANIEL GALLAS - BBC NEWS BRASILEM LONDRES

O Brasil está diante de uma encruzilhada nas suas relações com o país mais rico do planeta. Na próxima semana, devem entrar em vigor tarifas de importação de 50% sobre produtos brasileiros — a maior alíquota anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em sua ofensiva comercial com todo o mundo.

Como reagir?

Para o economista americano Paul Krugman — especialista em comércio internacional que ganhou o Nobel de Economia em 2008 e é professor da Universidade da Cidade de Nova York — o Brasil teria muito pouco a perder se retaliasse os EUA, anunciando aumento na tarifa sobre produtos importados dos EUA.

Trump já avisou que qualquer retaliação brasileira seria seguida por alíquotas americanas ainda maiores.

Setor produtivo e governo discutem sobre o tarifaço

CORREIO BRAZILIENSE

O setor produtivo já iniciou conversas com o governo federal para definir medidas paliativas que possam atenuar os impactos da tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, prevista para entrar em vigor em 1º de agosto. A iniciativa busca proteger a competitividade das exportações nacionais e minimizar prejuízos para a indústria, especialmente nos segmentos mais afetados pela medida.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Flávio Roscoe, afirmou que, neste momento, a alternativa mais realista é concentrar esforços na tentativa de postergar as tarifas.

Uma das alternativas apontadas, de acordo com ele, seria redirecionar os produtos destinados à exportação para o mercado interno, como forma de absorver parte da produção e reduzir os impactos da tarifa.

"Na nossa percepção, o crédito é relevante, mas o que resolve o problema é o mercado e nós temos um importante mercado aqui no Brasil. É mais rápido você agir em cima do mercado brasileiro do que tomar mercado lá fora, que são negociações de longo prazo", disse nesta quinta-feira (24/7), após reunião com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, no Palácio do Planalto.

"O que efetivamente vai resolver o problema é encontrar mercado para os produtos que sairiam deslocados do mercado americano", emendou. Roscoe, que reforçou o alerta sobre o risco de desindustrialização e solicitou ações urgentes para conter a entrada crescente e desordenada de produtos estrangeiros no mercado brasileiro.

Mosca também pode aumentar preço da carne nos EUA

ASSOCIATED PRESS

Os preços da carne no país vêm batendo recordes. Em junho, por exemplo, o preço médio de 450 gramas de carne moída chegou a US\$ 6,12, um aumento de quase 12% em relação ao ano passado, segundo dados do governo dos EUA.

Mas isso não é recente. Os preços da carne vêm subindo de forma constante nos últimos 20 anos por causa de uma diminuição do rebanho bovino americano, que chegou ao seu menor nível em 2025, em 74 anos.

E as tarifas que Donald Trump impôs a grandes produtores de carne, como o Brasil, devem pressionar ainda mais a inflação.

E não é só isso. O governo americano teme que uma praga que atingiu rebanhos no México chegue aos EUA e coloque em risco os animais do país. Trata-se da mosca-da-bicheira, cujas larvas se alimentam da carne viva dos bois. O rebanho bovino dos EUA tem diminuído continuamente há décadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU DA BAHIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 017/2025

O Município de Itaguaçu da Bahia-Ba, faz saber que realizará licitação denominada PREGÃO na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO VALOR GLOBAL. Modo de disputa Aberto. Pregão Eletrônico nº 017/2025. Local Site: www.bll.org.br. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar para a rede municipal de ensino do Município de Itaguaçu da Bahia/BA. Inf.: www.itaguacudabahia.ba.gov.br. Início da Sessão Pública virtual: 09h00min do dia 07/08/2025. (Horário de Brasília). Edital: www.bll.org.br. Marcos Carvalho Machado - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 034/2025 RETIFICADO - Número do Processo: 12.278/2025. Objeto: prestação de serviços de pintura com fornecimento de material e mão de obra. O qual encontra-se disponível em www.licitapmve.com.br, ou <https://www.pmvv.ba.gov.br/> no link "Processos Licitação". Início da sessão: 14/08/2025, às 09h00min, horário oficial de Brasília/ DF. Informações gerais: Gerência de Compras, (77) 3424-8515. Pregoeiro responsável: Lúcio Oliveira Maia. Secretário Municipal de Gestão e Inovação: Romar Souza Barros.

O Brasil está diante de uma encruzilhada nas suas relações com o país mais rico do planeta. Na próxima semana, devem entrar em vigor tarifas de importação de 50% sobre produtos brasileiros — a maior alíquota anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em sua ofensiva comercial com todo o mundo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPUÍUNA

AVISO DE CONCORRÊNCIA N.º 002/2025

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPUÍUNA realizará licitação em 08/08/2025 às 09h00min Local Site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/> N.º 1075210 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2025 Objeto: Seleção de proposta apta a gerar o melhor resultado para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pavimentação com piso intertravado e drenagem superficial na orla da ilha do Timbuca, zona litorânea do município de Igrapuina-BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (<http://igrapuina.ba.gov.br/transparencia>) e no site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>. Informações podem ser obtidas pelo e-mail colto@igrapuina.ba.gov.br. Igrapuina 25 de julho de 2025. Roberto Eugenio O. Travassos-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2025

Tipo: Menor Preço POR ITEM. Objeto Futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios (carnes diversas) para suprimento da merenda escolar da rede de ensino do município de Lapão/BA. Data: 07/08/2025 às 09:00h Através da plataforma do BNC: <https://bnccompras.com/Home/Login/>. Edital disponível no link: <http://lapao.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes> e <https://bnccompras.com/Home/Login/informacoes>. Fone: (74)999263809, e-mail: cpl@lapao.ba.gov.br. Juscilene Quiteria da Silva - Agente de Contratação- (Pregoeiro).

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NA BAHIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº 90029/2025

PA SEI N.º 0006556-23.2025.4.01.8004. OBJETO: contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme as especificações e quantitativos constantes no Edital e seus anexos. ABERTURA: 08/08/2025, às 10 h (Horário de Brasília). EDITAL: Disponível no site www.gov.br/compras (Comprasnet). Salvador, 24 de julho de 2025. Maristela Lima de Amorim - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025-PE

Tipo: Menor Preço Global. Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de poços artesianos de 80m a 120m de profundidade no município de Buritirama - Ba, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Entrega das Propostas: a partir de 25/07/2025 às 08h30min no site <https://bnccompras.com>. Abertura das Propostas: 11/08/2025 às 08h30min no site <https://bnccompras.com>. Editais / Informações: www.buritirama.ba.gov.br / buritiramalicitacoes@gmail.com / <https://bnccompras.com> e na Prefeitura - Avenida Buriti, nº 291, Centro, Buritirama - BA das 07h30min às 13h30min. Uelbem de Souza Cruz - Diretor da Divisão de Licitação e Contratos - 24.07.2025.